



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de **serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva de duas Impressoras a Laser**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência, sendo:

1.1.1. **Quadro Sintético:**

| Descrição   | Unid. de medida | Qtd | SIASG | Preço Estimado Mensal | Preço Estimado Total |
|---|-----------------|-----|-------|-----------------------|----------------------|
| Serviço de Manutenção preventiva e corretiva - Impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C7000P | un              | 1   | 27138 | R\$ 772,72            | R\$ 18.545,28        |
| Serviço de Manutenção preventiva e corretiva - impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C224   |                 |     |       | R\$ 703,92            | R\$ 16.894,08        |
|   |                 |     |       | <b>R\$ 1.476,64</b>   | <b>R\$ 35.439,36</b> |

### 1.2. Dos Equipamentos:

1.2.1. Impressora a laser, KONICA MINOLTA BIZHUB C7000:



1.2.2. Impressora a laser, KONICA MINOLTA BIZHUB C224:



**1.3. Do local da prestação de serviço:** os serviços de manutenção deverão ser realizados na sala da Assistência de Serviços Gráficos, localizada no piso preto do prédio principal do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba-PR, mediante prévio agendamento junto à Assistência de Comunicação Visual (ASCV) ou à Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM), através dos telefones (41) 3330-8300 ou (41) 3330-8535, respectivamente.

**1.4. Natureza do Objeto:** Contratação de Serviço (sem dedicação exclusiva de mão de obra).

**1.5. Prazo do contrato e Prorrogação:** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)**

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade do TRE-PR em realizar a manutenção preventiva e corretiva de 2 (duas) impressoras que fazem parte do seu parque gráfico: 01 (uma) Impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C7000P e 01 (uma) Impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C224.
- 2.2.** Tratam-se de impressoras de grande porte de uso específico, cuja finalidade é a impressão em formatos maiores e em alta resolução para atender as demandas mais refinadas deste Tribunal, possuindo excelente qualidade de impressão, rapidez e custo muito baixo por impressão.
- 2.3.** O contrato de manutenção desses equipamentos esteve vigente até julho/2023 (PAD 8898/2017), fazendo-se necessária nova contratação a fim de manter a operabilidade dessas máquinas, que são essenciais à realização das atividades deste órgão, sobretudo no período eleitoral.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**

### **3.1. Das obrigações da contratada:**

3.1.1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato, a empresa contratada deverá comprovar ao gestor da contratação, com certificado ou qualquer outro documento que comprove a qualificação técnica, que seus técnicos estão habilitados, treinados e capacitados para poderem prestar a manutenção dos referidos equipamentos.

3.1.2. Caso a contratada não apresente a documentação estabelecida no prazo acima, ficará sujeita ao pagamento da multa em percentual diário a ser definido no contrato, até a regularidade da obrigação, sob pena de rescisão contratual devido à falta de capacitação técnica para os serviços.

3.1.3. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá comparecer à reunião a ser agendada pela contratante, na qual será entregue o Plano de Execução e Fiscalização do Contrato, bem como repassadas as instruções relativas aos serviços e prestados eventuais esclarecimentos.

3.1.4. As intervenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas por técnicos da contratada, devidamente credenciados e uniformizados, nas dependências do TRE-PR.

3.1.5. A contratada deverá fornecer material, ferramentas e mão de obra especializada, segundo os critérios técnicos (manuais emitidos pelo fabricante e suas

normas técnicas pertinentes) para efetuar reparos, ajustes e substituições de peças, quando necessárias, para o perfeito funcionamento dos equipamentos;

3.1.6. A contratada deverá realizar a manutenção preventiva dos equipamentos mensalmente, conforme cronograma de visita técnica que constará no Plano de Execução e Fiscalização do Contrato.

3.1.7. A manutenção preventiva compreende a inspeção, limpeza, lubrificação, testes e revisões, visando à prevenção de desgastes e defeitos futuros, ao funcionamento eficiente, seguro e econômico, bem como à verificação de quais peças estão comprometidas em seu funcionamento para serem substituídas.

3.1.8. A contratada deverá realizar a manutenção corretiva a partir de chamado técnico pela contratante (quantas vezes forem necessárias para garantir o pleno funcionamento das impressoras).

3.1.9. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que solicitada pela contratante, a fim de solucionar as falhas apresentadas pelos equipamentos, detectadas pela contratada, devendo ser realizados todos os procedimentos necessários (reparo, substituição de componentes, testes, etc.).

3.1.10. A contratada deverá atender aos chamados para manutenção corretiva no prazo máximo de 08 (oito) horas úteis, contadas do contato formal (e-mail) feito pelo fiscal da contratação. **Este prazo será reduzido pela metade nos anos em que houver eleições.**

3.1.11. A contratada ficará responsável pela aquisição de peças para manutenção preventiva ou corretiva que possuírem valor total igual ou inferior a R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), sem ônus ao Contratante, e somente poderá ser realizada após autorização do TRE PR, mediante orçamento prévio. A autorização será emitida se constatada a indisponibilidade das peças em seu estoque.

3.1.12. Para a aquisição de peças de valor superior a R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), estima-se um montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) durante a vigência da contratação

3.1.13. O valor das peças fornecidas pela contratada, conforme subitem acima, deverá ser comprovado por meio de orçamentos atualizados e deverá ser somado e faturado junto com o valor da manutenção mensal, discriminando-se os valores de peças e serviços.

3.1.14. A contratante poderá efetuar pesquisa de mercado para constatar a vantajosidade dos valores das peças apresentados pela contratada e, se for o caso, adquiri-las no mercado, ficando a instalação por conta da contratada, com garantia dos serviços prestados.

3.1.15. Se o preço proposto pela contratada for mais vantajoso, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para o fornecimento das peças de fabricação nacional e de 30 (trinta) dias corridos para as peças de procedência estrangeira, procedendo aos serviços de substituição respectivos.

3.1.16. As peças adquiridas pela contratada (com autorização do TRE/PR) deverão ser originais do fabricante do equipamento e terão garantia mínima de 90 (noventa) dias contra quaisquer vícios/defeitos, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (garantia legal).

3.1.17. A contratada deverá cientificar a contratante sempre que houver garantia contratual estabelecida pelo fabricante em relação às peças adquiridas para a realização do serviço contratado.

3.1.18. O TRE/PR analisará a possibilidade de reposição com peças similares quando comprovada a inexistência no mercado de peças originais do fabricante do equipamento, desde que adquiridos de fabricantes idôneos e conceituados, com garantia dos produtos ofertados.

3.1.19. Quando da utilização de peças similares, a contratada será responsável pelos reparos daquelas por ela fornecidas, ou a substituição por outra nova, de idênticas características, caso ocorram quaisquer danos irreversíveis pelo emprego de peças incompatíveis ou materiais inadequados.

3.1.20. Quando as peças forem fornecidas pela Contratada, na nota fiscal ou na fatura de aquisição da peça deverá constar o valor da peça e o dos componentes substituídos, e o número da série ou do patrimônio do equipamento.

3.1.21. No caso em que o conserto for inviável ou que o valor deste seja igual ou ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor do equipamento, deverá ser emitido um laudo técnico pela contratada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem custo adicional para a contratante.

3.1.22. Considerando tratarem-se de equipamentos de grande porte, será exigido que os serviços de manutenção e assistência técnica deverão ser prestados mediante deslocamento de técnico, via de regra (§ 4º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021). Excepcionalmente (apenas quando necessário e com autorização prévia da contratante), será permitida a retirada do equipamento para manutenção em laboratório pelo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

3.1.23. No caso do subitem anterior, todas as despesas relativas ao transporte, embalagens, etc., quando da retirada/devolução das peças e/ou dos equipamentos do local de instalação ocorrerão por conta da contratada, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avarias causados aos mesmos ou a terceiros.

3.1.24. O contrato deverá ser fielmente cumprido, nos prazos e horários ajustados, de forma que os serviços mantenham os equipamentos em condição de perfeito funcionamento.

3.1.25. A contratada deverá fornecer, em qualquer época, esclarecimentos e informações técnicas sobre os serviços executados, e emitir e enviar relatórios com análise de alguma ocorrência, e/ou evento especial que porventura ocorrer com o equipamento, quando solicitados pelo TRE/PR.

3.1.26. A contratada deverá substituir imediatamente, sempre que exigido por este TRE/PR, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

3.1.27. A contratada deverá disponibilizar telefones e e-mails para contato, com vistas a tratar de todos os assuntos relacionados à execução do contrato.

3.1.28. Para a comunicação entre o Gestor do contrato e a contratada, deverá ser priorizado o uso do e-mail.

3.1.29. A contratada deverá responder os e-mails com a maior brevidade possível, preferencialmente no mesmo dia em que for enviado pelo gestor do contrato do TRE/PR.

3.1.30. Em caso de danos aos equipamentos, será apurada a responsabilidade da contratada por meio de processo administrativo, podendo resultar em ressarcimento integral do bem à Administração, aquisição de equipamento novo ou conserto, conforme o caso.

### **3.2. Das demais obrigações da contratada:**

3.2.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.2.2. Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.

3.2.3. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços, ora contratados.

3.2.4. Conforme o Art. 3º, inciso III do Decreto 7174/2010<sup>1</sup>, caso o produto de informática seja importado, a Contratada deverá apresentar, no momento da entrega, Guia de Recolhimento de Imposto de Importação sobre os produtos a serem fornecidos, mesmo que seja em nome do seu fornecedor, evitando assim, o fornecimento de produtos com entrada ilegal no país, sob pena de não recebimento do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.2.5. A Contratada deverá apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do início da prestação dos serviços, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 9.1 do edital e modelo de seu Anexos VII), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

3.2.5.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.

3.2.6. A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

## **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratada deverá fornecer aos seus empregados Equipamento de Proteção Individual (EPI) – dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho, conforme descrito na Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho (NR-6).

---

<sup>1</sup> Art. 3º, inciso III do Decreto 7.174/2010 – “Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente:

III – exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto (...).”

4.1.2. No início da contratação, a empresa apresentará ao TRE, a relação de EPIs a serem utilizados e fornecidos aos empregados que prestarão os serviços, a fim de que a gestão do contrato possa acompanhar o uso respectivo.

4.1.3. A contratada deverá zelar e fiscalizar o uso dos referidos equipamentos de segurança por seus empregados.

4.1.4. Quando da execução dos serviços, é de inteira responsabilidade da contratada a manutenção das áreas de trabalho limpas, organizadas e sinalizadas.

4.1.5. A contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados nos equipamentos, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

4.1.6. A contratada deverá adotar os requerimentos mínimos definidos no Código Básico da Iniciativa *Ética Comercial (IEC) / Ethical Trading Initiative (ETI)*: a) O emprego será escolhido livremente pelo trabalhador (não haverá trabalho escravo ou forçado); b) A liberdade da associação e o direito às negociações coletivas serão respeitados; c) As condições de trabalho serão seguras e higiênicas; d) A mão de obra infantil não será usada; e) Salários dignos serão pagos; f) As horas de trabalho não serão excessivas; g) Não haverá discriminação; h) Trabalho regular será assegurado; i) Tratamento desumano e severo não serão permitidos.

4.1.7. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.1.8. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**4.2. Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.3. Participação de Pessoa Física:** Não será admitida a participação de pessoa física, conforme IN SEGES Nº 116/2021.

**4.4. Participação de Consórcio:** Não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

**4.5. Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**5.1. Condições de entrega (manutenção corretiva):** Conforme item 3.1.10 deste TR.

5.1.1. Para os casos em que for necessária a remoção do equipamento para o laboratório da contratada, o tempo de solução e devolução será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que o equipamento foi retirado.

- 5.2. Condições de entrega (manutenção preventiva):** Quanto à manutenção preventiva, os prazos de entrega dos serviços constarão no referido Plano de Execução e Fiscalização do Contrato e deverão ser executadas no mesmo dia em que ocorrer a visita, entre os dias 5 e 10 de cada mês.
- 5.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada (da manutenção preventiva ou da manutenção corretiva), a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. Do local de entrega:** Conforme item 1.3 deste TR.
- 5.5. Garantia, manutenção e assistência técnica:** Será exigida a garantia legal decorrente do Código de Defesa do Consumidor, devendo a contratada observar a previsão contida no subitem 3.1.17 quando o fabricante fornecer garantia contratual em relação às peças adquiridas para a prestação do serviço contratado.
- 5.6.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) seguintes servidores, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.5.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.6.** O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a



formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.7. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.8. O fiscal/gestor do contrato comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. **Do recebimento provisório:** O recebimento provisório será feito a partir do **Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo II)** todas as vezes em que houver prestação do serviço, seja para manutenção preventiva ou corretiva e será verificado:
  - a) Em quanto tempo a Contratada atendeu ao chamado, desde sua abertura até a chegada do técnico no TRE/PR;
  - b) Se o técnico veio credenciado e uniformizado;
  - c) Se o técnico demonstrou conhecimento e capacitação para diagnosticar o problema, ou seja, se apontou rapidamente qual o defeito e a sua solução;
  - d) Se após descobrir a causa, o técnico resolveu efetivamente o problema, deixando o equipamento em perfeitas condições de uso, fazendo testes para se certificar que o conserto foi bem-sucedido;
  - e) Se o prazo da conclusão dos serviços foi razoável;
  - f) Se o técnico usou ferramentas adequadas;
  - g) Se o técnico foi zeloso com o equipamento;
  - h) Se após a conclusão dos serviços, o técnico deixou a área limpa e organizada.
- 7.2. As peças fornecidas pela Contratada serão recebidas provisoriamente pelo Fiscal da contratação, através do preenchimento e emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DE PEÇAS, conforme modelo contido no **Anexo IV**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.
- 7.3. **Do recebimento definitivo:** O recebimento definitivo dos serviços se dará quando for constatada a sua regularidade, posteriormente ao recebimento provisório, conforme regras contratuais dispostas e após 02 (dois) dias úteis da conclusão da análise da documentação exigida e verificação do resultado da prestação dos serviços com base no **Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo II)**.
- 7.4. O recebimento definitivo das peças, cujo valor se encontre dentro do limite de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), se dará juntamente com o dos serviços prestados naquele mês, por meio do preenchimento e emissão do ATESTADO, conforme modelo **Anexo V**, após análise das informações constantes do documento fiscal.
- 7.5. **Dos bens rejeitados:** Caso seja constatado qualquer defeito ou imperfeição nos serviços executados ou nas peças e nos materiais utilizados, estes serão rejeitados, devendo a Contratada providenciar o reparo e/ou substituição no mesmo prazo estabelecido no item 7.3, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 7.6. Prazo de pagamento:** Conforme padrão do TRE-PR.
- 7.7. Forma de pagamento:** o pagamento será processado, conforme disposto na minuta do contrato.

## **8. DAS PROTEÇÃO DE DADOS**

- 8.1.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 8.2.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Assistência de Comunicação Visual (ASCV) ou com a Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM), por meio dos telefones (41) 3330-8300 / (41) 3330-8535, respectivamente, ou através dos e-mails [ascv@tre-pr.jus.br](mailto:ascv@tre-pr.jus.br) / [secom@tre-pr.jus.br](mailto:secom@tre-pr.jus.br).